

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

Aos 6 dias do mês de julho de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 42/XIII/1.ª, relativa à reunião de 29 de junho de 2016

2. Apreciação das informações sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 167/XIII/1.ª (PCP) - "Prolongamento da Linha do Metro do Porto até à Trofa, Gondomar e Vila D'Este (Vila Nova de Gaia)", 322/XIII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Código CAE Autónomo para o setor da logística" e 359/XIII/1.ª (BE) - "Avaliação do Processo Especial de Revitalização (PER) das empresas e dos particulares"

3. Discussão em Comissão dos seguintes projetos de resolução: - PJR n.º 370/XIII/1.ª (PCP) - "Propõe medidas para a instalação e funcionamento do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos" - PJR n.º 268/XIII/1.ª (CDS-PP) - "Alteração do traçado do prolongamento da A32 e levantamento imediato das atuais condicionantes", PJR n.º 398/XIII/1.ª (PSD) - "Promoção de alteração ao traçado previsto para o prolongamento da A32 bem como a eliminação das atuais condicionantes no mesmo", PJR n.º 408/XIII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que proceda ao estudo de um traçado alternativo para a conclusão da A32" e 414/XIII/1ª (PEV) - "Abandono do traçado e das condicionantes da A32 na Freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha." - PJR n.º 279/XIII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que inicie urgentemente operações de desassoreamento do Porto da Póvoa de Varzim e promova a realização de estudos para encontrar soluções duradouras para o problema do assoreamento em vários portos nacionais" e PJR n.º 403/XIII/1.ª (PCP) - "Pela garantia da navegabilidade e segurança do porto de pesca da Póvoa de Varzim e a realização de um estudo técnico que resolva o problema estrutural do assoreamento" - PJR n.º 330/XIII/1.ª (BE) - "Recomenda

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

ao Governo que defina como prioritária a requalificação da Estrada Nacional 238, no troço entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere" e PJR n.º 371/XIII/1.ª (PEV) - "Pela necessária e urgente requalificação da Estrada Nacional 238, no troço que liga Cernache do Bonjardim (Sertã) a Ferreira do Zêzere" - PJR n.º 372/XIII/1.ª (BE) - "Promove ações inspetivas para averiguar e garantir a qualidade do serviço de transporte público de passageiros prestado pela empresa Transportes Sul do Tejo (TST) " e PJR n.º 402/XIII/1.ª (PCP) - "Pela fiscalização e garantia do cumprimento das obrigações de prestação do serviço público por parte da empresa TST Transportes Sul do Tejo"

4. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 42/XIII/1.ª, relativa à reunião de 29 de junho de 2016

O Senhor Presidente da Comissão submeteu à votação a ata n.º 42/XIII/1.ª, relativa à reunião de 29 de junho de 2016, que foi aprovada por unanimidade.

2. Apreciação das informações sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 167/XIII/1.ª (PCP) - "Prolongamento da Linha do Metro do Porto até à Trofa, Gondomar e Vila D`Este (Vila Nova de Gaia)", 322/XIII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Código CAE Autónomo para o setor da logística" e 359/XIII/1.ª (BE) - "Avaliação do Processo Especial de Revitalização (PER) das empresas e dos particulares"

O Senhor Presidente colocou à apreciação as informações sobre a discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 167/XIII/1.ª (PCP) - "Prolongamento da Linha do Metro do Porto até à Trofa, Gondomar e Vila D`Este (Vila Nova de Gaia) ", 322/XIII/1.ª (PS) -

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

"Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Código CAE Autónomo para o setor da logística" e 359/XIII/1.ª (BE) - "Avaliação do Processo Especial de Revitalização (PER) das empresas e dos particulares", de que, não tendo havido objeções, seria dada indicação à Mesa da Assembleia da República de que todas essas iniciativas estavam em condições de serem submetidas a votação em Plenário.

2. Discussão em Comissão dos seguintes projetos de resolução:

- PJR n.º 370/XIII/1.ª (PCP) - "Propõe medidas para a instalação e funcionamento do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos"**

O Senhor Presidente da Comissão deu início à discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 370/XIII/1.ª (PCP) - Propõe medidas para a instalação e funcionamento do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 370/XIII/1.ª (PCP) - Propõe medidas para a instalação e funcionamento do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos.

Manifestou e explicou preocupação com a contrafação dos tapetes.

Recordou que a Lei aprovada em 2012 previa a instalação em Arraiolos do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos, com um grupo de trabalho composto por diversas entidades, que aprovaria a proposta de estatutos do Centro, mas nem o Governo José Sócrates, nem os Governos seguintes publicaram esses estatutos.

Salientou o problema da certificação dos Tapetes de Arraiolos.

Referiu a situação em que uma Empresa de Gaia terá conseguido registar patente do Tapete de Arraiolos, o que é difícil de entender.

Propõem que o Governo promova a aprovação dos estatutos do Centro e posterior publicação para que o património do Tapete de Arraiolos possa ser defendido.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.^a SL

O Senhor Deputado Norberto Patinha (PS) cumprimentou os Deputados autores do Projeto de Resolução n.º 370/XIII/1.^a (PCP) e sublinhou os graves prejuízos decorrentes da não publicação dos estatutos do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos.

Recordou a Lei aprovada e a previsão da aprovação dos estatutos para o Centro.

Vincou que o PS considera que a falta de proteção prejudica o valor do Tapete de Arraiolos, que é património nacional e local importante.

Sublinhou a necessidade de garantir a continuação do Tapete de Arraiolos pelas gerações vindouras.

Acompanham o Projeto de Resolução e a recomendação do Ministério da Economia.

O Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) felicitou o PCP pela iniciativa, que considerou importante para a economia da região.

Vincou a importância da certificação para garantir que o Tapete de Arraiolos mantém os aspetos genuínos, e que a concorrência seja leal, sem contrafação vinda de outros países (China, etc.).

Referiu-se à previsão do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos, mas que não chegou a entrar em funcionamento e cuja inexistência tem inibido o Tapete de Arraiolos de apresentar candidaturas específicas de promoção e de inovação tecnológica.

Concordou com a proposta do PCP, mas considerando longos os prazos previstos, apesar do muito tempo decorrido.

Lembrou a candidatura do Tapete de Arraiolos a património cultural e imaterial da Humanidade.

Acompanham integralmente o Projeto de Resolução do PCP.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) disse acompanhar o Projeto de Resolução n.º 370/XIII/1.^a (PCP) e considerou tratar-se de questão de interesse nacional.

Sublinhou que o Tapete de Arraiolos representa um produto português importante para a marca Portugal. O que impõe a sua proteção.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) juntou-se ao consenso para a defesa do Tapete de Arraiolos e considerou a certificação essencial para a defesa do património e da economia nacional e local.

Concluiu afirmando acompanhar o Projeto de Resolução n.º 370/XIII/1.ª (PCP).

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) registou o apoio unânime a esta iniciativa, esperando vê-la aprovada.

Em relação aos prazos, recordou a espera de 14 anos e considerou os 6 meses previstos como prazo máximo.

Salientou a vantagem do tratamento multidimensional pela valorização económica e profissional e da formação, referindo a concorrência desleal vinda da China e de várias outros pontos do Mundo.

Disse esperar que a candidatura a Património da Humanidade venha a ter sucesso.

- PJR n.º 268/XIII/1.ª (CDS-PP) - "Alteração do traçado do prolongamento da A32 e levantamento imediato das atuais condicionantes", PJR n.º 398/XIII/1.ª (PSD) - "Promoção de alteração ao traçado previsto para o prolongamento da A32 bem como a eliminação das atuais condicionantes no mesmo", PJR n.º 408/XIII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que proceda ao estudo de um traçado alternativo para a conclusão da A32" e 414/XIII/1ª (PEV) - "Abandono do traçado e das condicionantes da A32 na Freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha."

O Senhor Presidente da Comissão referiu a presença de representantes da Auranca - Associação do Ambiente e Património da Branca, bem como de diversos representantes autárquicos da região, cuja participação cívica destacou, dando início à discussão dos projetos de resolução em causa.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 268/XIII/1.ª (CDS-PP), tendo referido os impactos negativos para as populações e o desenvolvimento económico da região do traçado previsto para a conclusão da A32. Lembrou os projetos de resolução e as petições já apresentados

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

em legislaturas anteriores, o que levou ao estudo de alternativas ao traçado proposto, tendo havido um debate intenso entre todos os municípios afetados, com forte envolvimento da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, para encontrar uma solução que beneficie os municípios do interior do distrito de Aveiro, deixando de sacrificar o município de Albergaria-a-Velha, em especial a freguesia da Branca, e que beneficie o escoamento de produtos da região. Reiterou os termos resolutivos, referiu a atuação do Governo anterior junto das Infraestruturas de Portugal para remoção das condicionantes e apelou a que se considerasse e discutisse uma solução alternativa para o futuro.

Usou depois da palavra o Senhor Deputado António Cardoso (PS) para apresentar o Projeto de Resolução n.º 408/XIII/1.ª (PS). Lembrou que faltava um troço de cerca de 20 km para concluir o prolongamento da A32 até à A25, defendeu que esse troço era importante para o desenvolvimento local. Afirmou que o traçado existente era reconhecido por todos como algo que não interessava à região, aos interesses locais e à economia local. Reiterou que o PS se associava a esta iniciativa, pelo que propunha a realização de um texto conjunto, para que a matéria fosse consensualizada por todos. Concluiu, afirmando que nos últimos quatro anos poderia ter sido feito muito para resolver este problema.

Por sua vez, o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) apresentou o Projeto de Resolução n.º 398/XIII/1.ª (PSD), que afirmou ir ao encontro de uma aspiração dos cidadãos daquela região. Referiu a utilidade e importância do prolongamento da A32 e do abandono de uma solução crítica que foi rejeitada tanto pela população e como pelos autarcas da região. Concluiu defendendo a necessidade de se procurar uma alternativa e uma solução de financiamento futura para essa alternativa e mostrando disponibilidade em participar num consenso sobre a matéria.

Finalmente, a Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) apresentou o Projeto de Resolução n.º 414/XIII/1.ª (PEV). Abordou os impactos do prolongamento da A32 não apenas na freguesia da Branca e realçou a luta das populações e autarcas da região contra o atual traçado. Referiu a participação do PEV numa audiência sobre esta questão, que deu origem ao presente projeto de resolução, de cujos termos resolutivos

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.^a SL

deu conta. Realçou a importância da participação e adesão da população e dos autarcas a uma solução para este problema. Concluiu, esperando que todos os projetos de resolução fossem aprovados e elaborado um texto único no qual todos os grupos parlamentares e a população se revejam.

Intervieram, para debates as iniciativas em apreço, os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP) e Heitor de Sousa (BE).

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) lembrou o consenso que se verificava em relação ao traçado inicial da A32 e a alteração que se registou a seguir, com graves prejuízos para a freguesia da Branca, e que deu origem à contestação daquela população. Referiu as resoluções da Assembleia da República já aprovadas sobre esta matéria e afirmou que estas ficavam reforçadas com a aprovação destes projetos de resolução. Concluiu, afirmando que o PCP concordava com a generalidade dos projetos de resolução e destacando a necessidade de ouvir a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e a população afetada, tendo defendido que em redação final da resolução se incluísse uma formulação que permitisse ouvir a população.

Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) registou o consenso que se verificava em torno desta questão e afirmou que se a Comissão apresentasse um texto conjunto esse consenso seria preferível à existência de vários projetos de resolução. Referiu que havia outra questão subjacente, que era a de saber a posição dos vários grupos parlamentares sobre uma suspensão *de facto* e não *de jure* do traçado da A32, sobre se a A32 devia ou não ser completada e, não o sendo, como se faria a ligação com a A25. Considerou que a questão não era de somenos, por não reunir o consenso dos grupos parlamentares, mas, lembrou, no plano de investimentos da Infraestruturas de Portugal uma das prioridades são os investimentos de proximidade, aqueles que fecham malhas rodoviárias que estão por concluir, e este é um deles. Em seu entender, tendo em conta o que conhecia no terreno, o fecho desta malha em perfil de autoestrada era um exagero, tendo em conta a intensidade de fluxo de veículos daquela região e os custos para os utilizadores que essa opção implica.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

Antes de dar a palavra aos autores dos projetos de resolução para encerrar a discussão, o Senhor Presidente lembrou que estas iniciativas só iriam ser votadas no dia 20 de julho, pelo que havia tempo para os grupos parlamentares fazerem um esforço no sentido de apresentarem um texto conjunto a votação.

A Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) reiterou os termos resolutivos do projeto de resolução apresentado pelo seu Grupo Parlamentar e lembrou que em Plenário apenas era votada a parte resolutiva destas iniciativas, tendo defendido a votação de cada projeto de resolução em separado e a tentativa de encontrar um texto comum depois.

Pelo Senhor Deputado António Cardoso (PS) foi afirmado que o seu grupo parlamentar se revia nos projetos de resolução do PSD e CDS-PP, mas que a iniciativa do PEV lhe suscitava algumas dúvidas sobre a questão do prolongamento da A32, porque para o PS era fundamental que o troço do IC2 naquela região tivesse uma alternativa, que era o prolongamento da A32. Concluiu, concordando com a realização de um novo estudo e defendendo o abandono do atual traçado.

A Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) tornou a usar da palavra para responder ao orador antecedente, reiterando os termos da sua intervenção e reafirmando que a parte resolutiva do projeto de resolução apresentado pelo PEV em nada era incompatível com a posição do PS.

Por sua vez, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) afirmou que o seu grupo parlamentar estava aberto ao consenso que se verificava, considerando duas matérias essenciais: o abandono da atual solução e a revogação imediata das condicionantes. Defendeu que o traçado alternativo deveria ser feito em perfil de autoestrada, que beneficiará indústrias da zona que têm dificuldade em escoar os seus produtos pela rede viária existente, mas, prosseguiu, essa era uma discussão técnica que não deveria ser feita nesse momento. Concluiu, afirmando que, se no texto conjunto houver acordo em deixar algo para o futuro, concordava que para além das autarquias também se envolvessem as populações.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

- **PJR n.º 279/XIII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que inicie urgentemente operações de desassoreamento do Porto da Póvoa de Varzim e promova a realização de estudos para encontrar soluções duradouras para o problema do assoreamento em vários portos nacionais" e PJR n.º 403/XIII/1.ª (PCP) - "Pela garantia da navegabilidade e segurança do porto de pesca da Póvoa de Varzim e a realização de um estudo técnico que resolva o problema estrutural do assoreamento"**

O Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) pediu o adiamento desta discussão para próxima reunião, tendo o Senhor Presidente da Comissão indicado o dia 19 de julho e o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) proposto a dispensa de apreciação da informação sobre a discussão destes projetos de resolução, o que não suscitou objeções.

- **PJR n.º 330/XIII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que defina como prioritária a requalificação da Estrada Nacional 238, no troço entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere" e PJR n.º 371/XIII/1.ª (PEV) - "Pela necessária e urgente requalificação da Estrada Nacional 238, no troço que liga Cernache do Bonjardim (Sertã) a Ferreira do Zêzere"**

O Senhor Presidente da Comissão deu início à discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 330/XIII (1.ª) – (BE) - Recomenda ao Governo que defina como prioritária a requalificação da Estrada Nacional 238, no troço entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere, e do Projeto de Resolução n.º 371/XIII (1.ª) – (PEV) - Pela necessária e urgente requalificação da Estrada Nacional 238, no troço que liga Cernache do Bonjardim (Sertã) a Ferreira do Zêzere.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 330/XIII (1.ª) – (BE) - Recomenda ao Governo que defina como prioritária a requalificação da Estrada Nacional 238, no troço entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere, vincando a prioridade da reabilitação deste troço.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.^a SL

Recordou o forte desinvestimento público em consequência da política da Troika de abandono da rede rodoviária nacional, com a consequente degradação, até ao acréscimo da sinistralidade, mais grave nesta via regional com trânsito de pesados. Concluiu com a urgência para a requalificação deste troço.

A Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 371/XIII (1.^a) – (PEV) - Pela necessária e urgente requalificação da Estrada Nacional 238, no troço que liga Cernache do Bonjardim (Sertã) a Ferreira do Zêzere, recordando que o PEV tem vindo a fazer perguntas ao Governo.

Sublinhou a importância da vertente económica e de coesão territorial desta via de comunicação como alavanca do desenvolvimento desta região, cuja dimensão local destacou, com escoamento de produtos da Região.

Lembrou, em 2014, o encerramento por 2 meses, desta estrada pelo desmoronamento de barreira, com pesadas consequências económicas.

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) cumprimentou os autores dos dois Projetos de Resolução e destacou, explicando, o papel crucial desta estrada na Região, com os Concelhos com mais dificuldades económicas destes distritos,

Referiu-se ao encerramento, em 2014, desta estrada pelo desmoronamento de barreiras, com inúmeras perdas económicas.

Concordou com a recuperação prioritária desta estrada.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) concordou com os Projetos de Resolução, destacando a importância do combate às assimetrias regionais e económicas com relevo na vida das Populações.

Recordou que a Comunidade intermunicipal do médio Tejo tem chamado a atenção para o problema e referiu-se aos problemas de segurança existentes e à coordenação com o atravessamento pelo IC8, detalhando.

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) notou tratar-se de estrada que carece de investimento, com importância local, e de especial beleza e com floresta, mas com problema de segurança pela circulação de veículos de grande dimensão.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

Lembrou a dificuldade económica herdada pelo anterior Governo e que limitou uma intervenção nesta estrada.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) associou-se aos Projetos de Resolução sobre este troço rodoviário muito relevante.

Citou a resposta do Governo, a pergunta feita, sobre a renegociação dos contratos de concessão, de que o contrato do Pinhal interior foi alvo de redução, e cuja singularidade notou.

Apoiam esta iniciativa, que consideram muito relevante.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) deu as notas seguintes:

1. Distinguiu reparação de requalificação de estrada, solução que explicou e de que salientou a mais valia.
2. Registou a convergência dos Grupos parlamentares; interrogou-se sobre a razão de se ter chegado a este ponto, que explicou pela política errada nos últimos quatro anos de enquadrar a manutenção destas estradas nas subconcessões rodoviárias a privados, posteriormente retiradas, e sublinhou a importância da intervenção do Estado na gestão destas estradas (Estradas de Portugal), citando o caso de reversão da subconcessão Pinhal litoral (Mota Engil).

- PJR n.º 372/XIII/1.ª (BE) - "Promove ações inspetivas para averiguar e garantir a qualidade do serviço de transporte público de passageiros prestado pela empresa Transportes Sul do Tejo (TST)" e PJR n.º 402/XIII/1.ª (PCP) - "Pela fiscalização e garantia do cumprimento das obrigações de prestação do serviço público por parte da empresa TST Transportes Sul do Tejo"

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que apresentou o Projeto de Resolução n.º 402/XIII/1.ª (PCP), afirmando que procurava dar voz e consequência ao sentido de descontentamento e revolta que muitos utentes

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.^a SL

da região de Setúbal transmitiam quanto à situação grave que se verificava naquela rede de serviço de transportes rodoviários, com redução significativa da oferta de transporte, alterações de horários, circulações suprimidas, horários que passaram a terminar mais cedo, a que acrescia o incumprimento dos horários estabelecidos. Como consequência, frisou, quando o autocarro não aparece, quem tem viatura própria deixa de utilizar o transporte público, com as respetivas implicações económicas e ambientais, quem não tem viatura própria fica numa situação mais grave. Considerou que esta situação estava ligada com um problema de falta de capacidade de resposta do ponto de vista operacional, ao nível da frota, da manutenção e da própria higiene do transporte. Informou que o seu partido falou com estruturas representativas dos trabalhadores, dos utentes, da defesa do ambiente e das autarquias e fez um ponto de situação preocupante. Argumentou ainda que a lei do regime jurídico do serviço público veio piorar a situação, fragmentando a capacidade de resposta no que toca à inspeção e fiscalização, pois no que tocava à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, que faz o seguimento e instrução dos processos contraordenacionais na sequência de queixas dos utentes, até ao momento nada se sabia nesse domínio e que, por sua vez, a Área Metropolitana de Lisboa passou a ter competências de supervisão e coordenação mas não tem condições e meios para as exercer. Considerou que era grave as pessoas saberem que tinham pouco transporte mas era mais grave ainda esperarem por esse transporte e ele não aparecer. Concluiu afirmando que quando o transporte não passava não havia provas concretas de que não tinham passado carreiras mas havia provas concretas de que nesse dia não tinha havido procura, porque não havia validação de bilhetes e, daqui a algum tempo, alguém vai dizer que naquela linha há pouca procura.

De seguida, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou o projeto de resolução n.º 372/XIII/1.^a (BE), tendo referido que o BE acompanhava a situação havia algum tempo, desde que se tinha verificado a supressão de duas carreiras pelos TST. Referiu que a concessão de serviços rodoviários de transporte de passageiros obrigava ao cumprimento de determinado horário, de carreiras e de frequência de serviços e os TST decidiram unilateralmente deixar de prestar esse serviço quanto a essas carreiras. Considerou existir uma violação da lei por parte dos TST, no que tocava a essas duas carreiras e, de modo mais genérico, com a redução de

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

frequências, com a redução de horários e a eliminação do serviço ao fim de semana, com uma degradação inaceitável do serviço por parte do operador. Destacou ainda a obrigação de o Instituto da Mobilidade e dos Transportes promover uma ação inspetiva global aos TST, para verificar se a concessão estava ou não a ser cumprida e, em caso negativo, ou os TST repõem o serviço nos termos contratualmente definidos ou as autarquias podem ter a prerrogativa de lançar uma nova concessão ou assumir esse serviço. Concluiu, reiterando os termos resolutivos do seu projeto de resolução.

Intervieram, em fase de discussão, os Senhores Deputados Pedro Mota Soares (CDS-PP), Hugo Costa (PS) e António Costa Silva (PSD).

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) afirmou que o problema em discussão preocupava bastante o CDS-PP, que já tinha questionado o Ministro do Ambiente a este propósito. Referiu a gravidade da não realização de carreiras que estão programadas e as consequências dessa atuação. Informou que a resposta do Governo tinha sido um pouco desresponsabilizadora do próprio Governo, ao dizer que remetia as queixas para a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e que só tinha recebido duas queixas. Na sequência desta resposta, informou, o CDS-PP questionou também a AMT. Concluiu afirmando que o seu grupo parlamentar não se iria opor aos dois projetos de resolução em apreciação.

Pelo Senhor Deputado Hugo Costa (PS) foi afirmado que todos os grupos parlamentares tinham sido alertados para algumas falhas graves no cumprimento do serviço público, nomeadamente para o não cumprimento de horários e para a má prestação do serviço. Referiu que a região tinha cerca de 1 milhão de pessoas, parte significativa das quais trabalhava fora da região, e que a imprevisibilidade do transporte colocava maior pressão sobre os eixos rodoviários da região. Defendeu que a AMT devia exercer o seu papel de fiscalizador e regulador e a Autoridade para as Condições do Trabalho deveria fiscalizar a situação dos trabalhadores e concluiu afirmando que o PS concordava com os projetos de resolução.

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) afirmou que se estava perante um serviço público e todos pretendiam que o mesmo fosse cumprido. Fez referência às

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.^a SL

informações de algum incumprimento, que considerou importantíssimo para as populações. Concluiu defendendo que as entidades reguladoras deviam fazer com que estas entidades cumpram o contrato para o qual foram concessionadas.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) encerrou a discussão, referindo que havia pessoas que, ao regressar a casa, depois de uma deslocação longa, se deparavam com a falta de carreira ou com uma carreira única para fazer o circuito que era realizado durante o dia por várias carreiras, aumentando em muito o tempo de viagem. Referiu ainda o caso recente de o operador ter praticado horário de feriado no passado dia 13 de junho, por ser feriado em Lisboa, mas não o sendo na região a sul do Tejo. Concluiu, afirmando que se transformou um serviço público num negócio, o que depois levava a que houvesse zonas que ficavam sem transporte algum.

4. Outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão informou que:

- está marcada para dia 8 de julho (sexta-feira), às 10 horas, a audição do ex-Presidente da CCDR Norte;
- estão confirmados os agendamentos para a próxima semana:
 - 12 de julho, 11 horas, audição da ERSE, sobre défice tarifário,
 - 12 de julho, 14h30m, audição da DGEG, sobre exploração de petróleo no país,
 - 12 de julho, 16h30m, audição da Associação Peço a Palavra, sobre o processo de privatização da TAP,
 - 13 de julho, 10 horas, audição regimental do Ministro da Economia,
 - 14 de julho, 15 horas, audições em conjunto com a COFMA sobre o peso dos impostos no preço dos combustíveis (audição do ACP e do Governo); o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) dialogou sobre a eventual continuação para 15 de julho desta reunião conjunta com o Senhor Presidente da Comissão, que admitiu também a audição das Câmaras municipais de Lisboa e do Porto sobre UBER e Táxi;
- está confirmada a visita à Central de Ciclo Combinado, da EDP, no Carregado, no dia 13 de julho, às 15 horas (saída da AR às 14h30m), com a necessidade

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.^a SL

de os coordenadores dos GP indicarem os Deputados que vão participar na visita, até à próxima sexta-feira, dia 8 de julho, às 12 horas;

- está prevista uma última reunião em 19 de julho, à tarde para fechar processos pendentes, dialogando com os Senhores Deputados Pedro Mota Soares (CDS/PP), Bruno Dias (PCP), Heitor de Sousa (BE) e António Costa da Silva (PSD) para a realização eventual de uma última reunião sobre redações finais, em 27 de julho;
- há um convite da REN para os Deputados assistirem em Alverca ao “despacho nacional”, em 19 de julho.

A reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 julho 2016.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Carlos Pereira
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
Hugo Costa
Joel Sá
José Rui Cruz
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
António Cardoso
João Oliveira
João Pinho de Almeida
Jorge Machado
Luís Vales
Norberto Patinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Paulino Ascensão